

**INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO À RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO-TRIBUTÁRIOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CELSO WIEDE**, Prefeito Municipal de Ubiretama, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

**FAZ SABER:**

**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Incentivo à Recuperação de Créditos Tributários e Não tributários, inscritos em Dívida Ativa, no âmbito do Poder Executivo do Município de Ubiretama, destinado a ampliar a arrecadação municipal, com remissão de multa moratória e de juros de mora, de acordo com os critérios estabelecidos na presente Lei.

**§1º.** Consideram-se dívidas ativas tributárias, para os fins desta lei, todas aquelas relacionadas ao Código Tributário Municipal, instituído pela Lei Municipal n.º 075/97.

**§2º.** Consideram-se, para os fins desta lei, como dívidas ativas não tributárias, aquelas referente à taxa de água, ao preço da hora-máquina dos serviços prestados pelo Poder Executivo Municipal, Certidões e Títulos Executivos Judiciais e Extrajudiciais, que estejam ou não em processos de execução.

**Art. 2º** Os contribuintes que se encontram inscritos em dívida ativa no Município de Ubiretama, inclusive os que estão parcelados ou em processo de cobrança judicial, poderão solicitar, a partir da data de entrada em vigor da presente lei, e até 30 de junho de 2016, a remissão de multa moratória e de juros de mora para pagamento total, em parcela única de suas obrigações não tributárias inscritas em dívida ativa, nas seguintes condições:

I - redução de 100% (cem por cento) da multa moratória e de 100% (cem por cento) dos juros de mora, para pagamento à vista até dia 30 de abril de 2016;

II - redução de 100% (cem por cento) da multa moratória e de 70% (setenta por cento) dos juros de mora, para pagamento até 31 de maio de 2016;

III - redução de 100% (cem por cento) da multa moratória e de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora, para pagamento até 30 de junho de 2016.

**Parágrafo Único:** O contribuinte, para ser beneficiado pela presente Lei, deve requerer a emissão da correspondente guia de recolhimento junto à Coordenadoria de Cadastro e Tributos do Município.

**Art. 3º** Os valores inscritos em dívida ativa, para efeitos da presente Lei, serão atualizados monetariamente pelo IGPM, conforme a legislação em vigor, até a data solicitada para pagamento.

**Art. 4º** O Município regulamentará por Decreto, no que couber, a presente Lei.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

**GABINETE DO PREFEITO DE UBIRETAMA/RS, 29 DE MARÇO DE 2016.**

**CELSO WIEDE**  
Prefeito Municipal

**Registre-se e Publique-se**

**MARGARETE L G ZABEL**  
Assessora da Sec. Mun. de Administração

**PUBLICAÇÃO**  
**NA IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE UBIRETAMA**  
**CFE LEI 724/2006 - MURAL**

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ A \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

MARGARETE L. G. ZABEL  
ASSESSORA DA SEC MUN ADM.